

NOTAS E RESENHAS

NOTAS SOBRE A VISITAÇÃO AO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ

JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ¹

ABSTRACT

This paper presents some notes concerning the frequency of visitors to the Archaeological Museum of Xingó, describing their quantities along 30 months, their origins and the importance of groups of students to these amounts.

Palavras-chave: MAX, Visitação ao Museu, Turismo e Cultura em Xingó.

¹ Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS e Diretor do Museu de Arqueologia de Xingó.

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação em 25 de abril de 2000, o Museu de Arqueologia de Xingó registrou a presença de 25.367 visitantes, número bastante expressivo considerando-se o isolamento da área e as distâncias até os maiores centros urbanos mais próximos. Desse total, 85,4% procedem do próprio Estado de Sergipe (43,1%) e das unidades federadas vizinhas; Bahia (13,5%), Alagoas (13,9%) e Pernambuco (15,0%), que passarão a ser denominadas de “entorno” de Xingó.

Uma análise mais pormenorizada e mensal da visitação ao MAX deve excluir os dados referentes a abril de 2000, pois os visitantes, nos seis dias em questão foram, praticamente, apenas os presentes à sua inauguração. Assim, estas notas vão se referir a dados de trinta meses, entre maio de 2000 e outubro de 2002. É uma série temporal ainda bastante curta para o estabelecimento de padrões, mas suficiente para fornecer certas indicações úteis ao próprio funcionamento futuro do Museu.

OS VISITANTES E SUA PROCEDÊNCIA

Nos dois anos e meio em consideração, o Museu recebeu 25.175 visitantes, com largo predomínio daqueles procedentes do seu entorno, havendo nítida indicação de um número crescente de visitantes. Comparando-se os oito quadrimestres dispostos na tabela 1, observa-se uma média crescente de visitantes. É conveniente ressaltar o fraco desempenho do terceiro quadrimestre (janeiro a abril de 2001), quando foram recebidos, em média, apenas 513 visitantes por mês. Esse dado é bastante contrastante com as freqüências mais recentes, a exemplo das médias de maio a outubro de 2002, sempre superiores a mil visitantes.

Essa tendência de aumento de visitantes tem sido um pouco surpreendente, porque esperava-se uma maior freqüência ao Museu nos primeiros anos após sua fundação, com um decréscimo do número de visitas assim que se esgotasse “a novidade”. Mas, ao que tudo indica, dois fatos parecem explicar o ocorrido, um deles em nível do próprio Museu e o outro em nível regional: a divulgação e a ação educativa desenvolvidas pelo MAX, e o incremento do turismo na área de Xingó. De fato, tem sido feito um considerável investimento em material de

divulgação junto a empresas de turismo, hotéis e escolas e desenvolve-se um ativo projeto de ação educativa, que acaba carregando numerosos grupos de estudantes para Xingó. O Museu já recebeu 378 visitas escolares desde o mês de maio de 2000, sendo 297 visitas livres e 81 visitas programadas, onde os alunos recebem um atendimento especial (Tabela 2). Estimando-se uma média de 40 estudantes por visita, obtém-se um total de 15.120 pessoas, o que classificaria 60,1% dos visitantes do museu como estudantes, o que dá a dimensão educativa do empreendimento.

Além de uma explicação ligada ao fluxo estudantil para visitação ao Museu, deve ser considerado que, aos poucos, a área de Xingó consolida-se como ponto turístico para populações do “entorno” e, também, de outros Estados. Um grande investimento da Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco no trade turístico e a presença do lago e de suas atrações, do canyon do São Francisco, de um hotel de lazer e da usina hidrelétrica acabaram por criar um certo fluxo de turistas. E como o Museu é, hoje, local de visita obrigatória na área, acaba beneficiando-se desse turismo regional.

Os totais e as médias de visitantes escondem uma outra realidade, vista na frequência mês a mês. O número de visitantes é extremamente oscilante, dando saltos consideráveis de um mês para outro. Talvez já se possa estabelecer que dezembro é um mês da mais baixa frequência ao Museu, o mesmo ocorrendo com o período março-abril; já outubro-novembro e, em menor expressão, janeiro-fevereiro, correspondem a períodos com tendência a um maior número de visitantes. Todavia, somente uma série mais longa poderá assegurar a existência da mencionada tendência.

A informação geral apresentada de que 85,4% dos visitantes do Museu provêm do “entorno”, também esconde uma realidade distinta no decorrer do período analisado. A percentagem de visitantes do entorno tende a cair, o mesmo ocorrendo com a percentagem daqueles provenientes de Sergipe. Note-se, por exemplo, as percentagens apresentadas na tabela 1 referentes aos quatro primeiros quadrimestres, que tendem a ser mais elevadas do que as dos três últimos. Contabilizando-se, a cada ano, o número de meses em que mais de 90% dos visitantes provieram do entorno e mais de 50% de Sergipe, observa-se mais acuradamente a mencionada tendência. Dos oito meses de 2000, 75% atingiram a primeira meta e 62,5% a segunda. Já nos doze meses de

2001, somente 58,3% dos meses tiveram mais do 90% de visitantes provenientes do entorno e 50 % deles com 50 % de visitantes de Sergipe, dados que alcançaram apenas 30,0% e 20,0%, respectivamente, em 2002. A queda relativa dos freqüentadores sergipanos ao Museu não é explicada pelo aumento relativo do número de visitantes de Alagoas, Pernambuco e Bahia, cujas percentagens matêm-se quase sempre abaixo de 50%. De fato, dá-se pelo aumento dos visitantes de outros Estados e, de forma menos expressiva, do exterior. É o fluxo turístico regional que já está marcando sua presença nas estatísticas do MAX. Desde sua abertura, o MAX recebeu 3.213 visitantes dos Estados brasileiros além do “entorno”, sendo 37,3% de São Paulo, 20,6% do Rio de Janeiro, 7,3% do Distrito Federal e 6,4% de Minas Gerais. Dos 121 visitantes do exterior, predominaram os provenientes dos Estados Unidos (19,8%), seguidos pelos da Itália (12,4%), França (11,6%) e Portugal (10,7%).

TABELA 1
MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ
VISITANTES
2000/2002

Visitantes	Quadrimestres							
	2000		2001			2002		
	mai a ago	set a dez	jan a abr	mai a ago	set a dez	jan a abr	mai a ago	set a dez
Média Mensal	728	706	513	862	878	925	1.001	1.353
Vindos de SE, BA, PE, AL	2.704	2.631	1.692	3.181	3.177	2.376	3.386	2.338
Vindos de SE	1.348	1.381	1.006	1.109	1.987	1.266	1.660	1.033
Total	2.913	2.827	2.055	3.451	3.514	3.703	4.004	2.707
% dos 4 Estados	92,8	93,1	82,3	92,2	90,4	64,2	84,6	86,4
% de SE	46,3	48,9	49,0	32,1	56,5	34,2	41,5	38,2

* Considerados apenas os meses de setembro e outubro.

TABELA 2
MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ
VISITAS ECOLARES
2000/2002

Tipos de visitas	Quadrimestres								Total
	2000		2001			2002			
	mai a ago	set a dez	jan a abr	mai a ago	set a dez	jan a abr	mai a ago	set a dez*	
Visitas Livres	19	42	14	50	77	13	46	36	297
Visitas Programadas	08	13	08	09	07	10	12	14	81
Total	27	55	22	59	84	23	58	50	378

* Considera apenas os meses de setembro e outubro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda está por ser procedida uma análise mais pormenorizada das informações sobre a visitação ao Museu de Arqueologia de Xingó. É preciso uma série mais longa de dados e sua correlação com fases do ano, férias escolares, feriados longos no decorrer do ano, número de fins de semana a cada mês etc.

Todavia, neste momento muito preliminar de análise, alguns fatos já ficam estabelecidos, como o número crescente de visitantes, uma tendência muito firme de oscilação mensal de frequentadores e a paulatina perda do caráter paroquial-regional do Museu, que se abre para o trade turístico nacional mais amplo.

A AÇÃO EDUCATIVA DO MAX: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

MARIA TEREZA SOUZA CRUZ*

ABSTRACT

The Museum of Archaeology of Xingó, going further its exhibition function, has established a new educational proposal, working directly with schools. Through this new project, the students and their teachers have developed new activities on the knowledge of Sergipe pre-history, in order to a better understanding of the present life, with all its complexity.

* Mestre em Geografia. Professora Aposentada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora da Ação Educativa do Max

INTRODUÇÃO

O Museu de Arqueologia de Xingó, como outros museus do País e do mundo, destacou como uma de suas metas primordiais a **função educativa**, no contexto da **educação patrimonial**, com ações voltadas para a socialização do conhecimento e a preservação dos bens culturais, tendo como eixo norteador “o MAX, enquanto elemento de integração e de desenvolvimento sócio-cultural da região”.

Sem a pretensão de respostas finais e elaborações acabadas, o MAX, sob o patrocínio da PETROBRAS e o apoio da Prefeitura de Canindé do São Francisco e do Instituto Xingó, numa parceria com a Escola, decidiu por um projeto que propiciasse ao professor um aprofundamento da Pré-História sergipana tendo o Museu, em Xingó, como referencial teórico das ações relacionadas à sua função educativa, a partir de três questões básicas: **O Que É ? Para Quem? Para Que?** o Museu de Arqueologia de Xingó?

Numa dimensão integrada, essas três questões devem ensinar conhecimentos, habilidades, crenças, valores, emoções e comprometimentos, eliminando as distâncias entre teoria e prática.

Com um projeto amplo e relevante para a melhoria da prática pedagógica no que diz respeito ao ensino-aprendizagem da Pré-História e, como consequência, a valorização do patrimônio cultural, o MAX vem, através do Professor, levando ao aluno o conhecimento dos nossos antepassados, revelados a partir das pesquisas desenvolvidas desde 1988, dispondo o seu acervo não apenas à visitação pública mas, sobretudo, como instrumento didático-pedagógico para a comunidade escolar, nos seus diferentes níveis.

Assim, incorporando-se ao processo de formação do educando, o MAX, através do Projeto **“O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu” – A Ação Educativa do MAX**, com os seus diversos subprojetos, em articulação com a escola, visa oportunizar ao aluno o reconhecimento do passado, como forma de compreender o presente, em sua diversidade cultural e regional, importante à formação da identidade do cidadão brasileiro.

Nessa perspectiva, a Ação Educativa do MAX vem se consubstanciando, socializando o conhecimento produzido, priorizando atividades diretamente com o Professor, a fim de que este, na sua prática pedagógica, consiga trabalhar com o aluno conteúdos referentes à

Pré-História Sergipana, ou seja, os saberes e fazeres dos nossos antepassados: o homem de Xingó.

Esse conteúdo educativo precisa ser apropriado pelos alunos, a fim de que estes possam desenvolver a sensibilidade e a consciência, como futuro cidadão, da importância de preservar as raízes históricas. A consecução dessa premissa implica, no entanto, reformular idéias e conceitos, a partir de ações concretas, que legitimem o papel da Escola nesse processo de compreensão histórica e cultural. Implica, também, tornar concreta a convivência com a realidade natural e cultural, no sentido de buscar outros referenciais significativos para a leitura e a compreensão do mundo contemporâneo.

O projeto vem, pois, permitindo uma ação educativo-cultural onde, a partir do saber constituído, enseja-se à comunidade estudantil não apenas o componente da aprendizagem, mas a sociabilidade, o lazer e a busca da identidade cultural.

Trata-se da pedagogia do perpetuar, com práticas e vivências voltadas para a observação, a análise, a vivência e a apropriação de valores e conhecimentos.

Constituem **objetivos** do Projeto **O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu - a Ação Educativa do MAX:**

- Desenvolver uma proposta educativa, tomando como referencial os conteúdos da pré-história brasileira e sergipana e a perspectiva pedagógica da escola.
- Discutir o caráter formativo dos conteúdos da pré-história sergipana.
- Analisar a importância do resgate dos valores sócio-culturais locais, regionais e nacionais, com vistas à valorização do patrimônio cultural e à consolidação de identidades.
- Estabelecer relações entre o ontem e o hoje, tomando como parâmetro o conhecimento histórico-cultural resultante das pesquisas arqueológicas, no contexto regional.
- Avaliar as ações desenvolvidas à luz da relação MAX - ESCOLA - SOCIEDADE .

CONSTRUINDO A EXPERIÊNCIA

Consciente de que não basta a visitação às suas exposições para que a função educativa se evidencie e o processo educativo venha a se concretizar, o MAX envidou uma proposta pedagógica capaz de ir além de suas mensagens expositivas, ou seja, engendrou caminhos que levam à articulação entre os elementos constitutivos do fazer pré-histórico e do fazer pedagógico.

Nesse sentido, tenta estabelecer a relação do passado com o presente, do ontem com o hoje, ou seja, perceber o conteúdo pré-histórico não como algo definido e repetitivo, mas como uma oportunidade concreta de refletir sobre o passado, utilizando as suas representações (artefatos), para analisar o presente em todas as suas nuances, dimensões e perspectivas.

É consenso, entre os educadores, que o conteúdo educativo, de qualquer disciplina, ou seja, o saber sistematizado, não pode ser adquirido de modo desorganizado e espontâneo e muito menos de forma arbitrária. Sua aplicação deve estar em consonância com os objetivos da proposta pedagógica e comprometida com as transformações exigidas pela sociedade.

Consoante esse princípio, a ênfase das ações está no trabalho com o professor, sistematizado e organizado, sem perder de vista a capacidade criativa do aluno e as suas potencialidades para engendrar novas experiências. Contudo, é preciso estimular no educando a observação, a interpretação e a análise dos conteúdos, introduzi-lo nas discussões permanentes acerca dos porquês, provocando, em cada um, o sentimento de curiosidade e de surpresa, a fim de levá-lo, cada vez mais, a questionar e a conhecer o outro e a si mesmo.

Desse modo, a ação educativa do MAX vem sendo desenvolvida sempre em sintonia com as atividades da Escola e com as dificuldades inerentes ao sistema público de ensino. A proposta de trabalhar subprojetos voltados quase que exclusivamente para o professor espelha, de um lado, a necessidade de a Universidade ampliar a sua ação pedagógica como agência formadora de recursos humanos para a educação e, do outro lado, reforça o papel fundamental do educador no exercício e na formação da cidadania.

O Projeto está sendo desenvolvido, preferencialmente, com as escolas públicas estaduais e municipais de Sergipe. Mais do que uma par-

ceria, o MAX vem conseguindo articular com as unidades de ensino, perseguindo sempre a relação **ação-reflexão-ação**, num processo contínuo de descoberta, de experimentação e como instrumento de motivação individual e coletiva, na perspectiva da compreensão e da valorização dos bens culturais e patrimoniais, tendo como foco o MAX, em sua ação arqueológica na região.

- O Projeto e suas nuances

A Ação Educativa, através do Projeto **O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu** contempla quatro subprojetos, desenvolvidos concomitantemente:

1. Férias Arqueológicas

Este subprojeto tem como objetivo inserir na pesquisa o estudante de graduação ou do ensino médio, de áreas afins à arqueologia, a fim de que possa vivenciar experiências de campo e de laboratório, no âmbito dos estudos arqueológicos. No período de férias escolares, o MAX procede à seleção de um grupo de alunos que permanece em Xingó, durante um período estimado de quinze dias, orientado por pesquisadores do MAX.



Foto 1. Férias arqueológicas. Alunos de graduação da UFS em trabalho de campo no Sítio Jerimum.

2. Visitas a Escolas

As ações deste subprojeto visam divulgar o MAX , através do seu acervo e de suas pesquisas, nas escolas das redes pública e privada , estimulando professores e alunos a conhecerem o Museu e o seu potencial

Educativo. As visitas incluem a cessão da exposição itinerante para eventos como feira de ciências, mostra cultural promoção de palestras, projeção de vídeos, e distribuição de material de folheteria (folders, marcadores de texto, livro didático, cartilha do MAX, revista , boletim informativo e cartazes), que favoreçam, a motivação e o interesse pelo MAX e suas pesquisas.



Foto 2 Oficina pedagógica - Professore da rede municipal de Canindé do São Francisco

3 Visitas Programadas de docentes ao MAX

Através desse subprojeto, o MAX tem articulado com a escola pública, no sentido de divulgar suas pesquisas e seu acervo, contribuindo para a melhoria da prática pedagógica. São programadas visitas ao MAX ,em Xingó, oportunizando aos professores, especialmente das áreas de História e Geografia, palestras, projeção de vídeos e visitas aos sítios arqueológicos.



Foto 3 Curso de atualização em pré-história. Trabalho de Campo

4. O MAX na Prática Pedagógica

Este subprojeto visa contribuir com a formação do educando, através da reflexão e da análise de conteúdos acerca dos seus antepassados pré-históricos, suas características e traços culturais, numa relação com o contemporâneo, saberes e fazeres do ontem e do hoje.

Na elaboração dos Planos de Ensino das escolas públicas e privadas, salvo raras exceções, a inserção de conteúdos específicos sobre a pré-história sergipana ainda não está definida. Quando ocorre, na maioria dos casos, é por decisão de docentes interessados pelo tema.

Dessa forma, numa parceria com o professor, as atividades deste subprojeto estão direcionadas especialmente às disciplinas: História, Geografia, Comunicação, Artes e Ciências/Biologia. Por meio do professor, ensina-se que o aluno desenvolva atitudes favoráveis à aprendizagem dos conteúdos e à valorização do patrimônio cultural.

A Proposta está sendo desenvolvida em três etapas:

Etapa de Sensibilização - Contatos com a equipe diretiva; reuniões com a equipe técnica e professores das disciplinas consideradas prioritárias; discussão da proposta no contexto das disciplinas do currí-

culo escolar; definição das atividades a serem desenvolvidas na prática pedagógica (planejamento).

Etapas de Execução – Palestras para os docentes; cursos de atualização em Pré-História sergipana; oficinas pedagógicas; encontros pedagógicos; visitas programadas de docentes e discentes ao MAX; participação do MAX, nas escolas, nos eventos culturais que envolvam o conteúdo inerente à proposta educativa.

Etapas de Culminância e Avaliação – Acompanhamento das atividades na escola: aplicação do conteúdo, eventos culturais com a participação e o apoio do MAX, exposições, montagem da exposição itinerante educativa do MAX, concursos e premiação; depoimentos de professores e alunos sobre a experiência do projeto; trabalhos individuais e em grupos, relacionados ao conteúdo da pré-história no contexto da educação patrimonial; auto-avaliação de todos os atores envolvidos na Ação Educativa.

- As Primeiras Conquistas

Para desenvolvimento das ações do subprojeto **O MAX na Prática Pedagógica** foram selecionadas, em 2002, no primeiro momento, 06 unidades de ensino da rede pública (estadual e municipal), em consonância com a PETROBRAS (que já atuava com outro projeto), sendo 04 escolas na capital e 02 no interior do Estado. Num segundo momento, a experiência foi estendida à rede municipal de Canindé do São Francisco/SE (14 escolas distribuídas em três núcleos) e ampliada para 20 escolas.

Todas as unidades de ensino foram contempladas com um **Kit Pedagógico**, contendo: mapa temático, transparências, livro didático sobre a Pré-História Sergipana, material de folheteria e fotografias do acervo arqueológico.

As etapas propostas no subprojeto foram sendo trabalhadas de acordo com as condições e peculiaridades de cada realidade escolar. Assim, as ações foram implementadas em 65%, com resultados que demonstram a importância e a validade da Ação Educativa do MAX: em todas as unidades de ensino foram realizadas reuniões de sensibilização, com

os professores envolvidos na proposta; foram ministrados, no MAX, em Xingó, cursos de atualização em Pré-História para 75% dos docentes participantes; das oficinas pedagógicas, visando aprofundar a relação teoria-prática, participaram 80% dos professores; os encontros pedagógicos que visam discutir as ações da prática pedagógica e a inserção do conteúdo no planejamento escolar foram realizados, mais de uma vez, em 85% das escolas; foram realizados dois encontros culturais no segundo semestre (duas escolas), com a participação do MAX; foi efetivada uma visita, ao MAX, de docentes oriundos das escolas envolvidas no subprojeto, para vivência das informações trabalhadas nos cursos de atualização e oficinas pedagógicas.



Foto 4 - Encontro cultural. Alunos do Colégio Estadual Santos Dumont junto à Exposição Educativa do MAX.

- Outros desafios...

Em 2003, pretende-se dar continuidade à experiência nas escolas selecionadas em 2002, e integrar ao subprojeto mais 04 escolas da capital, do ensino fundamental e médio, sendo três da rede estadual e uma da rede municipal, perfazendo um total de 24 escolas.

Há que se redimensionar algumas ações, por força de descontinuidades, no decorrer do processo, em algumas escolas.

Ficou evidenciado que o conteúdo trabalhado com a imediata participação do aluno, a exemplo das feiras de ciências e encontros culturais, ensejará uma melhor assimilação da aprendizagem e uma maior satisfação do educando em poder pensar e fazer coletivamente.

Muito embora o professor seja livre para participar da experiência, há que se romper, para ampliação das ações na escola e resultados mais profícuos, algumas dificuldades inerentes ao próprio sistema e outras decorrentes do desestímulo e do receio à mudança.

Considerando as dificuldades do aluno da escola pública, faz-se imprescindível uma maior articulação, em nível institucional, no sentido de promover visitas ao Museu, de educandos das escolas envolvidas no subprojeto.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O ensino-aprendizagem, dentro ou fora da escola, tem como princípio estimular o aluno a utilizar suas capacidades intelectuais para a formação de conceitos e aquisição de habilidades necessárias à sua vida cotidiana, numa sociedade plural, competitiva e dinâmica.

A experiência com as escolas tem demonstrado, de um lado, que a potencialidade educativa do MAX constitui um referencial importante nesse processo de aprendizagem e de valorização do patrimônio cultural; de outro lado, que o projeto tem contribuído sensivelmente para uma mudança de comportamento da comunidade escolar em relação à visitação museológica. O expressivo número de visitantes-estudantes ao MAX, comprova essa realidade.

Consciente dessa responsabilidade, o Museu de Arqueologia de Xingó crê na escola como instrumento importante na valorização e preservação da cultura e, desse ponto de vista, empreendeu o Projeto **O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu**, na perspectiva de, junto com a PETROBRAS, a Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco e o Instituto Xingó, divulgar a importância social do seu trabalho, tanto por sua missão histórica, quanto por ser agente de difusão da cultura regional que deve ser valorizada e preservada para as gerações futuras.

O RIO SÃO FRANCISCO NUMA CARTA SEISCENTISTA*

FRANCISCO JOSÉ ALVES**

ABSTRACT

The article the São Francisco Rive and its adjacenties (the present States of Sergipe, Alagoas, Bahia and Pernambuco) from a letter written by João Teixeira Albernaz, dated 1627, belonging to the Book which shwos the whole coast of Brazil State. It puts and focuses the names of places recorded in an old baroque letter (also named seiscentista) in order to glimpse the configuration of the Franciscan region occupation, at the benning of the 17th century. Furthermore, the study evidences the preponderance of Indigenous names of places and the beginning of the ‘white’ occupation at that phase of colonization. As a final point, it calls the researchers attention for the importance of the old maps as raw material for several investigations.

Palabras-chave: São Francisco Rive, toponomy, the 17th-century cartography, João Teixeira Albernaz.

* Palestra proferida na VI Semana de História “*O Rio São Francisco: História e Memória*”. Cidade Universitária Prof. Aloísio de Campos, 4 de março de 2002.

** Professor do Departamento de História da UFS. Endereço p/correspondencia Condomínio Mar do Caribe, Edf. Santa Lúcia, apto 103 – Bairro Coroa do Meio – 49035-460 - Aracaju/SE. email: fjalves@infonet.com.br

Neste evento que comemora os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco pelos europeus, trago como colaboração o exame de uma carta datada do início da segunda década do século 17, mais precisamente de 1627. O propósito é chamar a atenção dos presentes para importância deste tipo de evidência, os mapas da fase colonial, na reconstituição da colonização europeia do Rio São Francisco e suas cercanias. Antes de efetuar a análise do documento cartográfico, apresentarei alguns dados sobre ele e o seu autor. Em seguida, irei analisar os dados oferecidos pelo testemunho sobre a colonização do famoso rio da “unidade nacional”.

Os mapas antigos são, praticamente, um filão inexplorado pela historiografia sergipana tanto de outrora como de hoje. Desejo que a apresentação sirva como convite aos pesquisadores, maduros ou em formação, para aventurar-se no continente da cartografia antiga. Aventura não desprovida de encanto, pois os mapas antigos são testemunhos históricos de grande apelo à sensibilidade pela sua plasticidade e esmero. As velhas cartas seduzem a razão e a sensibilidade. Muitas delas são verdadeiras obras de arte. São fontes cujas potencialidades atendem a múltiplos planos de significados, são alimentos para muitas fomes de saber sobre o passado colonial. Feita a “entrada”, vejamos o prato principal da noite: a carta de João Teixeira Albernaz sobre o rio de São Francisco, como se dizia na época.

O documento que irei analisar tem como título “Rio de São Francisco”. É a décima segunda carta de um atlas manuscrito denominado “Livro em que se mostra a Descrição de Toda a Costa do Estado do Brasil e seus Portos Barras e Sondadas Delas”. O Atlas vem datado de 1627 e traz estampado o seu autor João Teixeira Albernaz, “moço da Câmara” de sua majestade de Portugal. A carta em tela está no verso do fôlio 35 e no reverso do fôlio 36. Mede 413 x 582 mm de tamanho. O original é parte do acervo da Biblioteca Nacional sob a cota “Manuscrit Portugais G”. Para a minha análise uso uma reprodução fotográfica do Atlas publicado numa coleção cartográfica, editada em 1987. (CORTESÃO; MOTA, 1987: v. 4, p. 103-104).

O Autor do mapa que abordarei é, como já disse, João Teixeira Albernaz, um cartógrafo, considerado pelos estudiosos “o mais notável cartógrafo português da primeira metade do século XVII”. Albernaz produziu uma obra muito diversificada. São atribuídas a ele cerca de duzentas e quinze (215) cartas distribuídas em dezenove atlas universais ou do Brasil particularmente. A sua produção oferece um vasto panora-

ma da colonização brasileira no decorrer dos Seiscentos. Somente sobre o Brasil Albernaz produziu quatro Atlas constituídos de dezenas de cartas. (CORTESÃO; MOTA, 1987: v.4. p.79-91).

A biografia do autor da carta ora analisada ainda não foi totalmente estabelecida. Todavia, temos dela alguns marcos factuais, ou dados da sua cronologia. Assim, em 1602 João Teixeira recebe a autorização régia para fazer cartas de marear, (cartas para orientar os navegantes). Três anos após, em 1605, o cartógrafo é nomeado pelo rei de Portugal para trabalhar nos armazéns de Guiné e Índia. Em 1619, Albernaz acompanha o seu irmão Pedro Teixeira em viagem a Madrid, na Espanha. Passados três anos, João Teixeira Albernaz faz petição solicitando nomeação para o cargo de cosmógrafo mor de sua magestade, o rei de Portugal. Estes são os poucos dados conhecidos da biografia do cartógrafo. (CORTESÃO; MOTA, 1987: v. 4. p. 79-91).

O mapa em foco documenta o São Francisco da sua foz até o fantasioso “sumidouro” dos cronistas e cartógrafos da época. A carta traz ainda os muitos afluentes do rio, tanto do lado sergipano quanto alagoano. A margem alagoana, contudo, é mais rica em dados. O testemunho fornece um retrato do São Francisco e do seu entorno. Ao todo, são trinta e uma (31) ocorrências abrangendo rios, portos, lagoas, baixios, vilas, engenhos, ilhas, serras, caminhos, fortes, e aldeias indígenas. Predomina os acidentes naturais em lugar das ocorrências humanas, sinal da incipiência da colonização da região nas duas décadas iniciais do século 17, data da execução da carta que ora examino. Em termos da geografia atual o mapa retrata espaços que correspondem aos atuais estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

A Carta do rio São Francisco como reza no documento, contém o registro de antropônimos (lugares com nomes de pessoas); orônimos (nomes de relevo ou forma de terreno); hidrônimos (nomes de massas d'água: mar, rio, lagoa, etc.); hagiônimos (lugares com nomes de santos e santas) e litônimos (lugares com nomes de rocha, pedras, etc). É um painel de amplitude considerável. É uma seara fértil para estudiosos da antiga toponímia da região banhada pelo rio São Francisco. Uma fonte histórica com muitas pistas para o pesquisador de história, geografia, lingüística, etc. É um rico prato para o apetite historiográfico. (***Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira***, 1960: v. 23. p. 70-84)

Na abordagem da carta, segui o seguinte roteiro: 1 – Levantamento dos topônimos registrados na carta; 2 – Localização, nos mapas atu-

ais, dos topônimos ou ocorrências antigas (as denominações da carta); 3 – Comparação da carta antiga com as atuais com o fito de localizar, na geografia de hoje, as ocorrências antigas; 4 – No caso das denominações hoje desaparecidas, tentei localiza-las nas cartas atuais situando-as, aproximadamente, em relação àquelas que permaneceram até a atualidade.

No lado do atual estado de Sergipe o mapa traz os seguintes registros, seguindo da foz para o interior: “Forte”, “Patuana Lagoa”, “Rio Ipxoi”, “Aldeia”, “Serras da Tabanha”, “Rio Corimataugo”, “Ilha dos Tapuias”. Aparecem ainda montes, florestas e rios não denominados. Os afluentes sergipanos do São Francisco são em número de nove (9). Examinemos alguns dos topônimos presentes na antiga carta. Começemos pela margem sergipana do rio São Francisco.

A primeira ocorrência do lado sergipano é o “Forte”. Trata-se de uma construção militar visando vigiar a foz do rio São Francisco para evitar a entrada de invasores, ou seja, outros europeus que disputavam com os portugueses a posse ou exploração do território brasileiro à época. Como é sabido, naquela fase, o Brasil era terra cobiçada pelas potências da Europa. Todos queriam “fazer Brasil”, como se dizia na época para nomear o comércio do pau Brasil.

A localização provável de tal “Forte” na geografia atual de Sergipe é fácil de ser estabelecida. A construção militar ficava, certamente, em território do município de Brejo Grande (Povoado Cabeço). Uma escavação arqueológica no local poderá dirimir dúvidas quanto a isto.

O “Forte” foi mandado fazer pelo vice-rei Dom Diogo de Menezes, governante do Brasil entre 1608 e 1612. Assim sendo, o Forte da Barra do São Francisco foi construído no primeiro decênio do século 17. (RUSSEL-WOOD, 1981: p. 291-293).

De fato, um testemunho datado de 1612 revela que tal construção foi obra do Dom Diego de Menezes quando da sua presença à frente do governo do Brasil. Conforme este documento o “vice-rei mandou fazer na entrada da Barra [do Rio de São Francisco] o forte...” depois denominado “Forte Novo da Passagem” (MORENO, 1968: f.53).

“Aldeia” é uma outra ocorrência em território sergipano, registrada pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz no mapa que estou tentando destrinchar. A “Aldeia” indígena está à margem direita do São Francisco em frente ao topônimo alagoano, no caso um litônimo, denominado “Penedo de São Pedro” (atual Cidade de Penedo-AL). A aldeia estaria

situada em terras que hoje correspondem ao município de Neópolis. A configuração do desenho evidencia ser uma aldeia tupinambá. Tem o formato de quadrilátero constituído de quatro grandes malocas, uma em cada ângulo. A presença de uma cruz ao centro indica ser uma aldeia de índios tutelados por religiosos. (FERNANDES, 1989: p. 59-74).

A “Ilha dos Tapuias”, um dos poucos etnônimos, ou seja, nome de povos, do mapa, evidencia a presença indígena nas ilhas do São Francisco ao longo da era colonial. Segundo um relato da época, os povos não-tupis senhoreavam as margens e ilhas do Rio. Fernão Cardim (1540? – 1625) menciona, dentre os tapuias do Rio, os **obacoatiara** que vivem em ilhas no Rio de São Francisco [e] tem casas como cafuas debaixo do chão”. Todavia, uma obra de referência contemporânea informa que os obacatuara “foi um povo indígena extinto do tronco lingüístico tupi que habitava as ilhas do rio São Francisco (Bahia)”.. Seriam estes **obacoatiara** de Cardim os Tapuais de João Teixeira Albernaz? Qual seria a “Ilha dos tapuias” na geografia atual? Talvez a atual ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha. É uma hipótese a ser investigada. (CARDIM, 1978: p. 121-127; FERREIRA, 1999: p. 1425).

Passando para o lado alagoano, o mapa documenta um total de dezoito (18) topônimos, seguindo da foz para a nascente do rio: “Barra do Rio de São Francisco;” “Baixos de Dom Rodrigo”, “Barreiras Vermelhas”, “Porto dos Franceses”, “Barra de Lagoa de São Miguel”, “Porto de Laragua”, “Lagoa do Norte com dois engenhos”, “Vila Nova de Santa Luzia”, “Lagoa do Sul” com muitas canas de açúcar, Rio de São Miguel, Casas e Engenhos das Rochas, Lagoa de Juquiciau, Rio Ipoxi, Rio Cururui, Rio Ipeba, Lagoa Piagui. A Passagem no Rio de São Francisco. No interior do mapa temos: Penedo de São Pedro, Porto do Cavalo, Rio Taraguaipu, Rio Ipanema, Porto de Jasuava, Serra do Arumnu, Caminho do Salitre, Rio de Cabaços, Primeira Cachoeira, Segunda Cachoeira, Rio das Conchas, e o famoso Sumidouro do Rio de São Francisco. Consideremos alguns destes topônimos, tentando localiza-los nos mapas atuais, na geografia administrativa vigente.

Uma ocorrência no lado alagoano é o “Porto dos Franceses”. Tal fato atesta a presença daquele povo na costa alagoana ao longo dos séculos 16 e 17. A costa alagoana, bem como a sergipana, foi alvo das incursões de franceses durante os séculos iniciais da colonização portuguesa no Brasil. A propósito, uma carta de fins do século 16 dá o Rio Real como sendo ponto dominado por aquele povo. O “Porto dos Fran-

ceses”, aludido por Albernaz, desapareceu enquanto hidrônimo. Em seu lugar temos a conhecida “Praia do Francês”, regalo dos visitantes do vizinho estado de Alagoas nos dias de hoje. A velha designação “Porto dos Franceses” é um atestado coevo da presença dos navegantes daquele país nas praias nordestinas, no remoto século 17; uma evidência eloqüente da aventura francesa em terras de Santa Cruz, ou do “Pau Brasil”.

A “Serra de São Gregório”, retratada no mapa, foi povoada quando do governo do vice-rei Dom Diogo de Menezes. Isto é entre 1608 e 1612. O povoamento por brancos nesta região insere-se no esforço do governante em colonizar as cercanias do rio de São Francisco à altura dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Buscava-se a mineração do salitre. Não consegui localizar e identificar com precisão o nome atual e o sítio da “Serra de São Gregório” cartografada por João Teixeira Albernaz. Fico devendo a vocês a decifração deste enigma. (MORENO, 1968: f. 53).

Ainda na margem esquerda do Rio São Francisco o mapa traz o “Caminho do salitre”. Tal via se estendia da margem do rio em direção ao sertão da “Serra de São Gregório”. A presença deste topônimo no mapa de Albernaz indica a atividade mineradora nos sertões do Rio São Francisco naquele século. O já citado governante Dom Diogo de Menezes tomou a busca do salitre como uma das suas metas de governo. Um testemunho da época, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, diz a este respeito que o vice rei mandou abrir um “caminho para gente e cavalgadas” ligando o “sítio de Jasuaba até as minas da serra de São Gregório”. (MORENO, 1968: f. 53).

Outro topônimo registrado na carta é o “sumidouro do Rio de São Francisco”. O “sumidouro” um hidrônimo, indicado no mapa em apreço, é um fenômeno da geografia imaginária dos cronistas dos séculos 16, 17 e 18. Acreditava-se que o Rio São Francisco internava-se na terra e depois voltava à superfície. Um cronista do século 17, o jesuíta Padre Simão de Vasconcelos (1597-1671), assim descreve este fenômeno singularíssimo: “É este sumidouro [do Rio São Francisco] uma notável invenção como saiu a natureza, por que vai sorvendo todo este rio com suas grandes águas, pelas cavernas de uma furna medonha subterrânea aonde se escondem de maneira, que não se vê mais rastro delas, senão quando depois de passado doze léguas, é visto tornar a rebentar com o mesmo brio, e poder de águas”. Conforme a mesma fonte tal “sumidouro” estaria a noventa (90) léguas acima da atual Cachoeira de

Paulo Afonso, no município baiano do mesmo nome.(VASCONCELOS, 1972: v.1. p. 69).

Conforme o documento ora analisado, o Rio São Francisco, da foz ao “Sumidouro”, possui duas “cachoeiras”. Provavelmente, a “primeira” corresponde à atual hidroelétrica de Xingo, nos confins de Sergipe com Alagoas. Décadas após do registro de Albernaz um testemunho dá esta “primeira cachoeira” como sendo localizada quarenta (40) léguas após a foz, ou seja, 360 quilômetros, à altura do atual sertão baiano. O cronista descreve esta cachoeira como sendo um “mar de águas precipitando-se de altura medonha, com grande estrondo, que atroa os montes e ensurdece a gente”. (VASCONCELOS, 1977: v. 1. p. 69).

Antes do cartógrafo João Teixeira Albernaz, o cronista Pero de Magalhães Gandavo, em obra de 1575, a conhecida ***História da Província de Santa Cruz***, faz uma menção hiperbólica à Cachoeira do Rio São Francisco, ou seja, provavelmente, á atual Cachoeira de Paulo Afonso. Conforme o documento quinhentista, o referido fenômeno geográfico estaria a sessenta (60) léguas da foz do rio. Nas palavras do cronista, trata-se de “Huma cachoeira mui grande (...) onde cae o pezo da agoa de mui alto”. O mesmo Gandavo a alude ao “Sumidouro” do Rio de São Francisco. (GANDAVO, 1979: p. 28-29).

Da análise até aqui esboçada, podemos apresentar algumas conclusões: 1 – A cartografia colonial forma um rico filão a ser explorado pela investigação historiográfica voltada para aquela fase da História do Brasil; 2 – A cartografia, dado a sua natureza iconográfica, oferece subsídios preciosos na difícil tarefa da elucidação dos antigos topônimos desaparecidos ou rebatizados com novas designações. Neste sentido, é uma fonte incontornável. 3 – As cartas de João Teixeira Albernaz, das quais mostrei um caso, constituem um documentário valioso para a reconstituição histórica da fase colonial do Nordeste e da região do São Francisco; 4 – A “carta do São Francisco”, especialmente, oferece muitos dados úteis para a reconstituição da toponímia antiga da região do São Francisco, bem como das suas atividades econômicas: agrícola, mineradora e pecuária; 5 – O mapa de João Teixeira Albernaz é testemunho que possibilita muitos usos. Dela se podem valer historiadores, geógrafos, lingüistas, etc. É prato para pesquisadores de todos os paladares. A carta de Albernaz é um retrato nuançado da colonização européia na região do São Francisco durante as décadas iniciais do século 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDIM, Fernão. Da diversidade de Nações e Línguas. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. 3 ed. SP: Cia Editora Nacional, 1978. p. 121-127; citação p. 124.

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino T. da (org.) **Portugaliae Monumenta Cartográfica**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. v. 4, p. 103-104.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. 2ª ed. SP: HUCITEC, 1989. p. 59-74.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1919-1989. **Novo Aurélio do Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. , Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1425.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que da razão do Estado do Brasil** [1612] ed. facsimilar. Rio de Janeiro: INL, 1968. f.53.

MORENO, Diogo de Campos. “Rio de São Francisco”. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** [1612] edição facsimilar. Rio de Janeiro: INL, 1968. f. 53.

“Toponímia”. **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa: Editorial, Enciclopédia, 1960. v. 23. p. 70-84.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Vice-Reis e Governadores-Gerais do Brasil na Bahia de 1545-1760”. **Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 291-293.

VASCONCELOS, Simão de. Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil. **Crônica da Companhia de Jesus**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1972. v.1.p. 69. Livro I, parágrafos 45-46.

MUSEOLOGIA E MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA*

FABRÍCIA DE OLIVEIRA SANTOS**

O OBJETO DE ESTUDO DA MUSEOLOGIA. MENSCH, Peter van. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994, 22p.

No âmbito da formação de uma ciência ou disciplina científica são fundamentais as discussões que fomentam a construção de suas bases epistemológicas – definir objetos, métodos, e *corpus* teórico. Porém, mesmo naquelas já constituídas, observa-se o constante embate teórico-metodológico. Ao mesmo tempo, constata-se que é nesse processo contínuo, seja ele formador de um discurso científico inicial, seja como refutador de certezas consideradas estabelecidas, que reside a vida das ciências. Desse modo, são imprescindíveis às ciências as discussões que remetam ora ao seu processo embrionário ora ao revisionismo teórico-metodológico de suas ações.

A Museologia não foge à regra das considerações acima mencionadas. Enquanto disciplina científica é abordada pelo Peter van Mensch em seu “O objeto de estudo da Museologia”, a partir de uma revisão

1 Esta resenha foi parte da avaliação do Curso “Musealização da Arqueologia” ministrado pela Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP), em outubro de 2001, para a turma do Mestrado em Geografia da UFS, Área de Concentração II – Formas e Processos Tradicionais de Ocupação Territorial – Estudos Arqueológicos. Junto a resenha foi solicitada uma interface do conteúdo resenhado com o que foi apresentado e discutido durante o referido Curso, com o enfoque sobre o papel da Museologia frente aos acervos arqueológicos. Essa interface está é apresentada logo após a resenha do texto de MENSCH.

2 Mestranda em Geografia na Área de Concentração II – Formas e Processos Tradicionais de Ocupação territorial – Estudos Arqueológicos.

teórica acerca de sua essência epistemológica, procurando discutí-la através de uma análise das diversas reflexões museológicas no mundo sobre o que se constitui, de fato, o objeto dessa disciplina.

Para tanto, o Prof. de Teoria Museológica da Reinwardt Academie da University of Leiden, recorre, não às escolas museológicas, mesmo porque “desde 1965, a diversidade de visões em relação ao conteúdo da Museologia parece ter proliferado enormemente, ao invés de cristalizar-se” (MENSCH, 1994:1), mas aos pensamentos oriundos de instituições e de pessoas isoladas, a fim de observar como as idéias sobre a Museologia foram desenvolvidas em escala mundial.

No balanço das discussões sobre Museologia apresentado por MENSCH, as diversas opiniões reunidas sobre o objeto da Museologia estão, ou não, inseridas nas abordagens relacionadas ao ICOFOM (International Committee for Museology), e construídas ao longo dos anos 50 do século XX.

As abordagens apresentadas têm duas direções: uma limitada ao museu como o campo de atuação e objeto da Museologia, e outra que abrange a Museologia para além do museu. Ao reunir essas perspectivas, MENSCH as condensou da seguinte forma :

a) Museologia como o estudo da finalidade e organização de Museus

Uma visão considerada tradicional na Museologia, oriunda do Seminário Internacional de Museus Regionais em 1958 promovido pela UNESCO. É uma tendência que considera a Museologia como a ciência dos museus;

b) Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural

Tendência que ainda vincula a Museologia como ciência de museus, mas que introduz a preservação como uma atitude norteadora das atividades no museu. Por outro lado, alguns teóricos, inclusive o próprio MENSCH, destacam que pode haver uma atividade museológica extra-museus;

c) Museologia como o estudo dos objetos de museu

Refere-se a interpretação dos objetos – perspectiva criticada, uma vez que restringiu o objeto de estudo da Museologia ao objeto museológico;

d) Museologia como estudo da musealidade

A musealidade é relacionada ao que se identifica no objeto – o “valor documentário”, “os aspectos que melhor representem certos valores sociais. Nessa tendência a musealidade seria o objeto de estudo da Museologia” (MENSCH, 1994:15);

e) Museologia como estudo da relação específica do homem com a realidade

Perspectiva que abrange as demais supracitadas, mas que vai além. Nesta, a presença do homem, antes inanimada nos objetos de museu, é agora evidenciada.

As conclusões de MENSCH sobre essas discussões em torno do objeto de estudo da Museologia refletem, portanto, considerações epistemológicas que buscam caracterizá-la. O autor comenta que é necessário que os museólogos percebam que a “compreensão dos aspectos comportamentais da relação homem/objeto” é a matriz geradora do saber científico dessa disciplina. Cabe, então, a esses cientistas observarem que os paradigmas, sob os quais desenvolvem seus trabalhos não são únicos e nem eternos, e a Museologia, enquanto ciência social, pode ter o seu objeto e suas respectivas análises transformados ao sabor das variações das conjunturas.

MUSEOLOGIA E MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

Na sua propriedade de identificar o valor dos artefatos culturais produzidos pelo homem, a Museologia abstrai os objetos enquanto fragmentos de uma realidade e portadores de uma memória que identifica quem/onde/como e porque os produziu. Associada a essa perspectiva está a preservação dos objetos, favorecendo a sua permanência como elemento que contribui para o contínuo processo de transmissão de informações.

Os objetos por sua vez, podem ser apropriados ou excluídos, e são os indivíduos que determinam a sua significação patrimonial. Logo, nem tudo é preservado. Talvez os objetos da arqueologia brasileira sejam os que mais representam esse processo de exclusão/apropriação, tendo em vista a peculiar história do Brasil. Uma vez que a preocupação com o resgate do passado brasileiro pela arqueologia foi fortemente influenciada pelas agendas contemporâneas. Assim, muito do que foi coletado e preservado interessava a um projeto maior.

Nesse ir e vir das escavações arqueológicas muitos objetos foram descontextualizados, perdendo desse modo, parte de sua significação. E, devido a antiguidade da maioria desses objetos, e a forma como foram resgatados, a identificação dos contextos que o produziram é muito difusa. Por outro lado, esses objetos são como negativos de uma série de elementos que não mais existem concretamente. Nesse aspecto, a musealização pode atribuí-los, através do estudo da relação homem/objeto/cenário, a qualidade de “semióforos” - objetos que, aparentemente considerados sem valor, passam a ser entendidos como portadores de uma imaterialidade que subjaz a sua condição material - trazem um passado dinâmico através de um presente estático.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

Os pesquisadores interessados em publicar na revista **Canindé** devem preparar seus originais seguindo as orientações abaixo, que serão exigências preliminares para recebimento dos textos para análise dos “referees”:

1. Os textos podem ser escritos em português, espanhol, inglês ou francês.
2. Os textos devem ser digitados no processador Microsoft Word, sem formatação dos parágrafos, do espaçamento entre linhas ou paginação com, no máximo, 25 páginas tamanho A4, encaminhados em disquete, com duas cópias em papel, uma das quais sem nome do(s) autor(es).
3. O disquete deve ser identificado com o sobrenome do primeiro autor e título do artigo.
4. Além do texto principal, deverão ser encaminhados abstract (ou resumé) de, no máximo 200 palavras em um só parágrafo, título em inglês ou francês, palavras chave (até 5) em português e em inglês ou francês. No caso de o texto estar em língua estrangeira, o resumo deve ser redigido em português.
5. O título deve ser digitado em maiúsculas. Um espaço abaixo dele deve(m) ser digitado(s) o(s) nome(s) do(s) autor(es) seguido(s) de sua filiação institucional e atividade ou cargo exercido, endereço para correspondência e e-mail.
6. Os subtítulos devem ser destacados no texto com um espaço antes e outro depois.
7. As tabelas devem ser digitadas em folha à parte, usando o recurso “tabela” do próprio processador utilizado para o texto. Sua posição de inserção no texto deve ser indicada como abaixo.

TABELA Nº XX

8. As figuras não deverão exceder o tamanho de 17cm x 11cm e poderão ser fornecidas sob a forma de arquivo digital (em branco e preto) ou em original em vegetal, desenhadas a nanquim pre-

to, sem moldura, com escala gráfica (no caso de cartogramas e mapas) e legendas legíveis. Os títulos não deverão estar escritos na figura, mas enviados em folha à parte. As figuras devem ser identificadas por numeração seqüencial e sua posição de inserção no texto marcada como exemplificado abaixo. Figuras coloridas poderão ser aceitas desde que o autor se responsabilize pelo custo das páginas respectivas.

FIGURA Nº XX

9. As referências bibliográficas deverão ser indicadas no texto pelo sobrenome do(s) autor(es), em maiúsculas, data e página, quando for o caso (SILVA, 1995, p. 43). Se um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras (SILVA, 1995^a, p. 35).
10. Solicita-se evitar ao máximo notas de rodapé.
11. As referências bibliográficas (**somente as citadas no texto**) completas deverão constar ao final do texto, por ordem alfabética, obedecendo a seguinte seqüência e estilo (para maiores detalhes, consultar a NBR 6023:2000 da ABNT).

Livro

SOBRENOME, Nomes. **Título do Livro**. Local de Edição: Editora, ano da publicação.

Artigo

SOBRENOME, nomes. “Título do Artigo”. **Nome da Revista**. Local de Edição, v. volume, n. número, p. página inicial – página final, período, ano da publicação.

Capítulo de livro

SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). “Título do capítulo”. In SOBRENOME, Nomes (do editor ou organizador do livro). **Título do Livro**. Local de Edição: Editora, ano de publicação. Número do Capítulo, p. página inicial – página final do capítulo.

12. É responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática, bem como a revisão da digitação do texto, que será publicado exatamente conforme enviado.